



Processo nº: 12010004/2025

Interessado: Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas - CONISA.

Assunto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material permanente visando atender as necessidades dos municípios consorciados ao CONISA.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade da contratação, e dá base ao termo de referência a ser elaborado.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A aquisição de material permanente é essencial para atender às necessidades operacionais da Administração Pública. Os itens atuais encontram-se desgastados e obsoletos, comprometendo a eficiência e o bem-estar dos servidores. A substituição visa proporcionar um ambiente de trabalho adequado, seguro e confortável, melhorando a produtividade e a qualidade do atendimento ao público.

A aquisição de material permanente moderno e funcional contribuirá para a otimização dos espaços e a racionalização dos recursos dos municípios consorciados. A padronização dos itens permitirá uma melhor organização e utilização dos ambientes, reduzindo custos com manutenção e reposição a longo prazo.

A escolha dos materiais permanentes levará em consideração critérios de sustentabilidade, priorizando materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental. Essa medida está alinhada com as políticas de responsabilidade socioambiental da Administração Pública, promovendo práticas mais sustentáveis.

O processo de aquisição será conduzido em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, garantindo transparência e legalidade. A licitação pública permitirá a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A nova aquisição será integrada ao sistema de gestão de bens móveis, permitindo um controle mais eficaz do inventário e evitando o acúmulo de itens ociosos. A Administração buscará alternativas inovadoras para a gestão e a reutilização dos móveis, quando possível.

2. ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE

Não houve atendimento anterior, no entanto, foi realizado o estudo de acordo com os municípios do consórcio para a implantação do objeto em tela.

3. REQUISITOS DO OBJETO

3.1. NATUREZA DO OBJETO

O objeto da contratação é comum consoante o disposto ao art. 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133, de 2021.

3.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente aquisição é por meio do procedimento administrativo auxiliar sistema de registro de preço, instrumentalizado pelo certame licitatório. Isso significa que a pretendida contratação não resultará num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada). O caso em tela, permitirá uma série de contratações, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis.

3.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR. FORAM CONSIDERADAS DIFERENTES FONTES, PODENDO SER ANALISADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES?

Objetivando a obtenção da estimativa de preços, deverá ser publicado aviso de cotação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, a fim de que, empresas compatíveis com o objeto da licitação enviem a mesma dentro do prazo estimado. Obtendo desta forma valor médio de referência conforme a pesquisa de mercado pelas empresas, apurado através da média de preço por item das propostas válidas e com busca na plataforma "banco de preços" objetivando levantamento de mercado com base em contratações similares com os outros entes públicos ao objeto que será licitado. Como se trata da necessidade registro de preços para futura e eventual aquisição de material permanente destinado a atender os municípios consorciados do CONISA, não se verifica outra solução de mercado que não seja a aquisição desses bens.

A fim de se verificar os preços praticados no mercado, foi realizada pesquisa junto a sites da internet no intuito de demonstrar os valores atuais dos itens objetivados nesse processo. Estima-se o valor da contratação em torno R\$ 36.743.808,50 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, oitocentos e oito reais e cinquenta centavos) para aquisição dos itens solicitados conforme consulta pública no site oficial.



Vale salientar que os valores estimados para a aquisição do material permanente em questão foram obtidos por meio de orçamentos preliminares disponíveis na internet, os quais serviram como base para a definição inicial dos preços requeridos. No entanto, ressalta-se que tais estimativas não contemplam a totalidade dos impostos, encargos tributários e cargas orçamentárias aplicáveis. Dessa forma, os valores finais poderão sofrer acréscimos quando devidamente orçados e validados pelo setor competente (Setor de Compras), momento em que os reais custos serão conferidos e ajustados conforme as normas vigentes.

3.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta padronizada pelo CONISA/AL.

4. FORNECIMENTO

O período para fornecimento dos bens serão conforme estabelecido no termo de referência, em regras, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do bem ou impossibilidade de as execuções no período mencionado anteriormente, a critério do gestor/fiscal.

5. DA VEDAÇÃO DO CONSÓRCIO

De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, e realizado o parcelamento do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público.

A vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame.

6. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

7. PARCELAMENTO DO OBJETO

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação do parcelamento, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, esta contratação será feita por lote a fim de atender a Lei nº 14.133/2021.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com a contratação através do lote, pretende a Administração alcançar a melhoria da qualidade de produtos e serviços oferecidos aos municípios consorciados buscando sempre a economicidade, eficácia na aquisição, sem descuidar da garantia a ser oferecida nos bens licitados.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso).

Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final e ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado. São proibidas, à contratada, as seguintes formas



de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público.”

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A realização de um processo licitatório para Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de material permanente para atender aos municípios consorciados ao CONISA é não apenas viável, como também estrategicamente vantajosa, uma vez que observados os requisitos legais e operacionais. Vamos destrinchar os principais pontos:

- Economia de escala: A compra coletiva permite negociar preços mais vantajosos, reduzindo o custo unitário dos bens.
- Padronização: Facilita a uniformização de especificações técnicas, o que melhora a gestão e controle dos bens adquiridos.
- Agilidade: Evita múltiplas licitações individuais, permitindo aquisições conforme a demanda, sem necessidade de novo certame.
- Planejamento compartilhado: Os municípios podem alinhar suas necessidades e cronogramas, otimizando recursos e logística.

A adoção do SRP pelo CONISA para aquisição de material permanente é plenamente viável e pode representar uma solução inteligente para os municípios consorciados, especialmente os de menor porte. Bem planejado e executado com transparência, o processo fortalece a gestão pública e promove maior eficiência nas compras governamentais.

12. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Município de Santana do Ipanema/AL, 01 de dezembro de 2025.


ANDRÉ BRANDÃO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo do CONISA



ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	QUANT. DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	MÉDIA POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
1	PORTA OBJETO	UND	200	36	5
2	ESTANTE BIBLIOTECA SIMPLES	UND	400		11
3	CARRINHO	UND	50		1
4	ESTANTE DE AÇO SIMPLES	UND	600		16
5	ROUPEIRO DE AÇO COM 16 PORTAS	UND	250		6
6	ARMÁRIO DE AÇO DUAS PORTAS INDEPENDENTES	UND	500		13
7	ESTANTE DE AÇO 06 PRATELEIRAS	UND	600		16
8	ARQUIVO	UND	600		16
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	QUANT. DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	MÉDIA POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
9	CONJUNTO PROFESSOR	UND	400	36	11
10	CONJUNTO MESA E CADEIRA ALUNO INFANTIL	UND	10000		277
11	CONJUNTO MESA E CADEIRA ALUNO JUVENIL	UND	10000		277
12	CONJUNTO MESA E CADEIRA ALUNO ADULTO	UND	10000		277
13	CONJUNTO ESCOLAR ADULTO COM 02 PÉS EM ARCO	UND	2000		55
14	CONJUNTO EDUCACIONAL INFANTIL COLORIDO	UND	400		11
15	CONJUNTO HEXAGONAL COM MESA CENTRAL E CADEIRAS	UND	600		16
16	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO 06 (SEIS) LUGARES INFANTIL COM CADEIRA	UND	400		11
17	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO 06 (SEIS) LUGARES JUVENIL COM CADEIRA	UND	400		11
18	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO 06 (SEIS) LUGARES ADULTO COM CADEIRA	UND	400	11	
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	QUANT. DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	MÉDIA POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
19	PLATAFORMA DE TRABALHO DUPLA PÉ META	UND	100	36	2
20	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM PÉ METÁLICO	UND	200		5
21	MESA DE REUNIÃO REDONDA COM PÉ METÁLICO	UND	300		8
22	MESA DIRETOR ANGULAR	UND	30		0
23	MESA DE TRABALHO ANGULAR GRANDE COM PÉS METÁLICOS	UND	200		5
24	MESA DE TRABALHO ANGULAR PEQUENA COM PÉS METÁLICOS	UND	150		4
25	MESA DE TRABALHO RETA GRANDE COM PÉS METÁLICOS	UND	150		4
26	MESA DE TRABALHO RETA PEQUENA COM PÉS METÁLICOS	UND	200		5
27	ARMÁRIO EXTRA ALTO COM DUAS PORTAS E TRÊS PRATELEIRAS	UND	200		5
28	ARMÁRIO ALTO COM DUAS PORTAS E TRÊS PRATELEIRAS	UND	300		8
29	ARMÁRIO BAIXO COM DUAS PORTAS E UMA PRATELEIRA	UND	400		11
30	GAVETEIRO VOLANTE COM QUATRO GAVETAS	UND	400		11
LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	QUANT. DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	MÉDIA POR MUNICÍPIO CONSORCIADO
31	LONGARINA 3 LUGARES COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO COM APOIO DE BRAÇOS	UND	500	36	13
32	LONGARINA 03 LUGARES COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA	UND	200		5
33	CADEIRA GIRATÓRIA COM ENCOSTO EM TELA	UND	400		11
34	CADEIRA GIRATÓRIA COM ENCOSTO EM TELA	UND	250		6
35	CADEIRA GIRATÓRIA COM ENCOSTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO COM ASSENTO ESTOFADO E APOIO DE BRAÇOS	UND	300		8
36	CADEIRA 4 PÉS	UND	1200		33



37	POLTRONA DE 01 LUGAR COM APOIO DE BRAÇO	UND	50	1
38	POLTRONA DE 02 LUGARES COM APOIO DE BRAÇOS	UND	50	1
39	POLTRONA DE AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	UND	800	22
40	POLTRONA DE AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL OBESO	UND	100	2

O CONISA, enquanto ente consorciado formado por 36 municípios de Alagoas, tem plena ciência de sua composição e das demandas variáveis de seus membros. No entanto, observa-se que nem todos os municípios cadastrados realizam solicitações perante os itens licitados, devido a fatores como especificidades locais, orçamentos limitados, prioridades administrativas distintas ou ausência de necessidade imediata para determinados bens.

Diante dessa realidade, optou-se pela realização da licitação de material permanente por meio do Sistema de Registro de Preços, modalidade que permite a formação de uma ata de registro de preços sem a obrigatoriedade de aquisição imediata de todo o quantitativo estimado. Essa escolha visa otimizar recursos públicos, promover economia de escala e garantir agilidade nas contratações futuras, conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

Especificamente, em relação aos itens de baixa adesão, o quantitativo estimado foi definido abaixo de 36 unidades, considerando:

- Análise de Demanda Histórica e Projetada: Baseado em dados prévios de solicitações e consultas aos municípios consorciados, verificou-se que certos materiais permanentes apresentam adesão reduzida, em virtude de suas características técnicas, sazonalidade ou aplicabilidade limitada a contextos específicos (ex.: equipamentos especializados que não atendem a todas as realidades municipais).
- Princípios da Eficiência e Economicidade: A definição de quantitativos inferiores a 36 unidades evita o risco de sobreestimação, o que poderia resultar em desperdício de recursos ou em atas subutilizadas. Ainda assim, esses itens foram incluídos no processo licitatório para atender eventuais necessidades futuras, garantindo que o consórcio esteja preparado para demandas emergentes ou pontuais, sem prejuízo à competitividade e à transparência do certame.
- Flexibilidade do SRP: O sistema permite que os municípios adiram à ata conforme suas necessidades reais, sem vinculação compulsória, promovendo a adesão voluntária e alinhada às peculiaridades de cada ente. Isso reforça o caráter colaborativo do consórcio e atende ao princípio da impessoalidade e da moralidade administrativa.

Essa medida não compromete a lisura do processo, uma vez que todos os procedimentos foram conduzidos com ampla publicidade, igualdade de condições aos licitantes e observância dos princípios constitucionais da administração pública (art. 37 da Constituição Federal de 1988).

Declaro, sob as penas da lei, que esta justificativa reflete a total ciência da Direção Administrativa quanto à composição do consórcio e às particularidades das demandas, e que todas as ações foram pautadas na busca pela eficiência, economicidade e legalidade.



ANEXO II – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONISA

N.º	MUNICÍPIOS
1.	BATALHA/AL
2.	BELO MONTE/AL
3.	BRANQUINHA/AL
4.	CACIMBINHAS/AL
5.	CANAPI/AL
6.	CARNEIROS/AL
7.	COITÉ DO NOIA/AL
8.	DELMIRO GOUVEIA/AL
9.	DOIS RIACHOS/AL
10.	IGACI/AL
11.	INHAPI/AL
12.	JACARÉ DOS HOMENS/AL
13.	JARAMATAIA/AL
14.	JUNDIÁ/AL
15.	JUNQUEIRO/AL
16.	LAGOA DA CANOA/AL
17.	MAJOR ISIDORO/AL
18.	MATA GRANDE/AL
19.	MARAGOGI/AL
20.	MARAVILHA/AL
21.	MAR VERMELHO/AL
22.	MONTEIRÓPOLOIS/AL
23.	NOVO LINO/AL
24.	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES/AL
25.	OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL
26.	OLIVENÇA/AL
27.	OURO BRANCO/AL
28.	PALESTINA/AL
29.	PÃO DE AÇUCAR/AL
30.	PARICONHA/AL
31.	PIRANHAS/AL
32.	POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL
33.	SANTANA DO IPANEMA/AL
34.	SÃO JOSÉ DA TAPERA/AL
35.	SENADOR RUI PALMEIRA/AL
36.	TANQUE D'ARCA/AL